

# EMBORNAL

Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará.

## JOÃO LOURENÇO RODRIGUES: LEMBRANÇAS CONFLITIVAS SOBRE O ENSINO PÚBLICO PAULISTA

Ana Maria Antunes de Campos\*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como as fontes literárias têm contribuído para a investigação, organização e constituição da historiografia. Assim, por meio da análise do livro *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo* de 1930 do autor *João Lourenço Rodrigues* se pretende identificar a conjuntura histórica, abranger a Escola Normal sob a ótica do autor e verificar como a Literatura e a História compartilham uma concepção análoga de perceber a realidade humana.

**Palavras - Chave:** João Lourenço Rodrigues. Fontes. Literatura.

## JOÃO LOURENÇO RODRIGUES: CONFLITIVE MEMORIES ABOUT PAULISTA PUBLIC EDUCATION

### ABSTRACT

This article aims to analyze how literary sources have contributed to the investigation, organization and constitution of historiography. Thus, through the analysis of the book *A Retrospect: some subsidies for the pragmatic history of Public Education in São Paulo* in 1930 by the author *João Lourenço Rodrigues*, the aim is to identify the historical context, to cover the Normal School from the perspective of the author and to verify how the Literature and History share an analogous conception of perceiving human reality.

**Key Words:** João Lourenço Rodrigues. Sources. Literature.

**RECEBIDO:** 28 de novembro de 2016

**AVALIADO:** 01 fevereiro de 2017

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - UNIFESP. Orientanda da professora Dra. Mirian Jorge Warde.  
Contato: camp.ana@hotmail.com

## Introdução: Literatura Como Subsidio da Historiografia

As fontes são as principais ferramentas de um historiador, que irá analisar a relação do documento histórico com o meio social, problematizando o que está escrito, fornecendo subsídios para inquirir sobre como este instrumento foi apropriado e produzido pela sociedade de sua época, permitindo uma reflexão acerca de sua representação e retratando os aspectos de cunho expressivo para compreensão do período investigado. Consequentemente, ao “historiador compete, além de se informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, fazer a leitura crítica dos documentos.” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 34).

A discussão sobre as fontes é necessária para compreender que “os historiadores da educação dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 29).

A História da Educação conta com uma diversidade de fontes de investigação, como: anuários de ensino, legislação, livros de registros, compêndios, livros de leitura, arquivos, literatura, imprensa, relatórios, regulamentos e estatísticas. Entretanto devemos olhar as fontes com cautela e questionar esses documentos. Para Hobsbawm (1990), não existe material até eu nossas perguntas o revelem, portanto, os questionamentos diante das fontes possibilitam um significado próprio ao historiador que irá: selecionar, organizar e usar o acervo segundo suas inquirições frente ao material desvelado. Assim, cabe ao historiador ponderar sobre as relações sociais encontradas nessas fontes.

Isto posto, objetivo deste texto é analisar o livro *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo* escrito em 1930 por João Lourenço Rodrigues, com o intuito de compreender a Escola Normal sob o ponto de vista do autor, observar e identificar a conjuntura histórica e literária e como elas compartilham uma percepção comparável de entender as realidades humanas.

Ao escrever o livro, João Lourenço Rodrigues não tinha intenção de escrever uma obra literatura, seu objetivo era publicar um livro comemorativo aos cinquenta anos da Escola Normal (1880-1930), com a intenção de estudar a evolução do ensino paulista, ao todo são quarenta e três capítulos que descrevem a trajetória da escola e os acontecimentos que incidiam sobre ela.

Se o livro não é uma literatura mas um estudo da trajetória da Escola Normal, porque fazer a análise sob os aspectos literários e históricos? Por um lado porque ao usar a literatura como documento histórico é possível contextualizar o discurso e contemplar os significados

característicos da época. Segundo Sevcenko (2003), a literatura é uma fonte e cabe ao historiador à interpretação da história, e os diferentes pontos de vistas referentes à vida e o período retratado na obra. Por outro lado, por que por intermédio da literatura se compreende a existência de um indivíduo possuidor de crenças e valores e que ao escrever, transmite ao texto de forma implícita ou explícita seu ponto de vista sobre a vida e as circunstâncias que o cercam. Desse modo, ponderar sobre como a literatura e os relatos memorialísticos se tornam fontes de investigações históricas e nos permite um ângulo privilegiado que segundo Lejeune (2008), será por meio da análise dos elementos da memória e da escrita que os objetos se destacarão como campo a ser analisado.

Pelo tema da memória e pelas escritas de si, tanto no campo de estudos literários, que as autobiografias, diários, correspondências e blogs vêm se destacando como objeto de investigação, quanto no campo da sociologia, antropologia e história (sic), no qual esse interesse se justifica pelo fato de o gênero possibilitar um ângulo privilegiado para a percepção dos micro-fundamentos sociais pelos selfs individuais. (LEJEUNE, 2008, p. 10).

Para João Lourenço Rodrigues seu livro é muito mais que um relato sobre a Escola Normal, representa suas lembranças, por este motivo intercala reminiscências da vida com preocupações comerciais e educacionais aonde “não pretende ser outra coisa mais do que um balanço<sup>1</sup>” (RODRIGUES, 1930, p. 171).

O texto de João Lourenço Rodrigues é um relato memorialístico, biográfico e documental, o autor utiliza duas linguagens diferentes criando um espaço subjetivo e um espaço objetivo, essa oscilação se configura no que o escritor deseja que o leitor lembre. “O que chama a atenção é a natureza das operações acionadas pelo autor para situar seu texto ora no plano do relato histórico, documental, ora memorialístico, biográfico; essa oscilação beneficia o alcance do texto para a leitura da posteridade”. (CATANI, 1994, p. 79).

No momento do processo de produção da narrativa o escritor se move entre o que é e o que pode ser e essa relação de contiguidade entre criador e criatura nos permite refletir acerca das transformações incididas na literatura, para Verena Alberti (1991) a tríade autor, narrador e personagem estão em constante movimento e interligados nas linhas do livro; independente do papel assumindo (explicação, ficção, autobiografia, narrativa e romance) o escritor se circunscreve ao espaço da semelhança, reconstruindo constantemente distâncias, tensões e mudanças constantes de perspectiva, fixando uma imagem de si mesmo ao qual se confere um sentido. O narrador pode ser uma invenção, no entanto, na literatura ele relata os acontecimentos

<sup>1</sup> Para as citações de João Lourenço Rodrigues (1930), optou-se pela integridade absoluta do texto, mantendo a redação original, com as normas ortográficas do período.

do passado e presente, despertando a curiosidade em desvendar se os fragmentos são ou não parte do contexto da literatura ou da historicidade do autor.

Diante do exposto, se compreende que existem diversos instrumentos de investigação, entretanto, só terão significados mediante a investigação minuciosa do historiador, que deverá esmiuçar, questionar e ponderar sobre os aspectos que não estão relacionados diretamente com a fonte, mas que atuam sobre elas. Por este motivo o livro de João Lourenço Rodrigues neste artigo será tomado como fonte para compreender o ponto de vista do autor sobre a Escola Normal e para refletir sobre como por meio da literatura é possível pensar na historicidade do período.

## A Escola Normal sob óptica do autor

As primeiras Escolas Normais brasileiras foram criadas em 1835 por iniciativa das Províncias, atendendo ao movimento descentralista que confere as Assembleias Legislativas Provinciais a atribuição de legislar sobre a instrução pública, cabendo a essa divisão o dever de criar estabelecimentos próprios para promover o ensino. No entanto, essa escola só veio se consubstanciar em 1846, inicialmente com um só professor, destinada ao sexo masculino e instalada a “embryonaria Escola Normal numa sala do edifício contíguo á Sé Cathedral e pertencente ao respectivo cabido”. (RODRIGUES, 1930, p. 27).

Segundo João Lourenço Rodrigues é falho os documentos oficiais referentes à primeira Escola Normal, pois ela é arquitetada de maneira modesta, se configurava mais como um curso do que uma escola propriamente dita, voltada apenas para formação do sexo masculino, faltava organização, regimento interno e registros na imprensa. Esses fatores dificultaram a reconstrução da trajetória da Escola, que foi fechada em 1867 por falta de verbas e por falta de alunos. O número de alunos formando durante os primeiros anos foi pequeno, “aceitando media igual para todos os annos em que funcionou a Escola Normal teremos o total dos professores diplomados até 1866: - apenas 40 alunos.” (RODRIGUES, 1930, p. 30).

Segundo Tanuri (1979) com o desaparecimento da Escola Normal, o único meio encontrado para garantir o corpo docente nas escolas primárias, foi utilizar o método de *exames*, que foi consagrado pela Lei imperial de 15/10/1827. Os concursos eram realizados em uma sala no Palácio do Governo, a escolha dos professores para exercerem os cargos era condicionada a forte pressão partidária, levando as habilitações professores com baixo nível cultural e sem formação para exercer a função. Esses professores ficaram conhecidos como “*professores do palácio*”.

João Lourenço Rodrigues descreve esse episódio de maneira subjetiva, relatando sua experiência enquanto aluno dos professores do palácio; durante suas reminiscências o autor expõe a falta de habilitação por parte dos professores, falta de materiais, precariedade do programa educacional, o “apadrinhamento” na escolha dos profissionais que assumiam as funções de professores sem ter habilitação para exercer os papéis que lhe eram designados; descreve ainda como esse favoritismo beneficiavam parentes e amigos da banca examinadora. Por outro lado, o autor relata que não pretendeu ser pejorativo com os professores dessas escolas e que ainda assim essas instituições lhe deixavam saudades.

Por mais inseguros que sejam os traços de taes esboços, ousou esperar que elles dêem ao leitor uma impressão de realismo, que jamais poderiam das as paginas massudas dos relatos officiaes. As figuras que ahi se movem desapareceram de ha muito tempo; mas a vara mágica da saudade fe-las resurgir numa meia luz que não é destituída de encantos, ao menos para quem traça estas memórias . (RODRIGUES, 1930, p. 67).

À medida que se fechavam as escolas públicas, multiplicavam-se as escolas particulares de ordem religiosa ou leigas. É complexo mensurar os programas, métodos pedagógicos e a oferta de cursos de formação ao magistério, pois “difícilmente se poderão encontrar dados sobre estas escolas, em virtude de ampla liberdade de que gozavam, deixando, na grande maioria, de fornecer ao governo até mesmo as estatísticas exigidas por lei, de modo que os próprios relatórios oficiais não registram a sua existência”. (TANURI, 1979, p. 28).

Durante esse período o Brasil estava em constantes mudanças de ordem ideológica, cultural e política, o que afetaria o sistema educacional e tenderia a criação de novas leis que tendessem ao ensino público. Segundo Tanuri (1979) essas transformações eram de ordem política, religiosa e militar, logo incidiam sobre a educação.

No plano político, a “questão religiosa”, as questões militares”, a abolição da escravidão, iniciada com a libertação do ventre escravo em 1871 a criação do partido republicano em 1870 e o desenvolvimento das ideias federalistas constituíram os antecedentes a abalar a estrutura do regime imperial e a preparar o caminho para a sua derrocada. (TANURI, 1979, p. 23).

A Escola Normal é reaberta em 1875 depois de decretada a lei nº 9, de 22 de março de 1874, que prevê a obrigatoriedade do ensino; consolida a reforma da instrução pública; determina a criação de escolas rurais e urbanas; cria o Conselho de Instrução Pública e por fim, permitem as mulheres o acesso à instrução pública, criando o Seminário da Glória que foi inaugurado um ano depois.

Segundo João Lourenço Rodrigues essa Escola Normal já estava predestinada a fechar, pois a instituição foi aberta sem condições de viabilidade, não tinha verba para sua instalação e

custeio, “as despesas necessárias para sua manutenção, nos annos de 75,76 e 77, correram por conta duma verba eventual, que figurava nos orçamentos com o título de despesa legislativa”. (RODRIGUES, 1930, p 98).

Ao longo do ano de 1878 houve um revezamento dos partidos monárquicos no poder, desmorona o partido conservador que estava à frente da lei que havia criado a instituição e assume o partido liberal. Desse modo, essa repercussão e a falta de verba conjecturam no fechamento da Escola Normal em 1878. Nesses três anos a Escola Normal formou 27 alunos, sendo 20 alunos em 1876 e 07 em 1877; o Seminário da Gloria formou 17 alunas em dois anos.

Para João Lourenço Rodrigues, a abertura e fechamento da escola propicia lucros e perdas para a educação paulista. Aos professores e diretores da instrução pública faltou durante este período “uma visão mais nítida das necessidades da educação moderna e, portanto, das qualidades que devem constituir o característico do preceptor contemporâneo”. (RODRIGUES, 1930, p. 175).

Diferentemente dos outros períodos em que a Escola Normal foi fechada, desta vez o ato não passou despercebido e a imprensa criticou fortemente o encerramento das atividades da escola. Dois anos depois, por meio da lei nº 130, de 25 de abril de 1880, a Escola Normal foi reaberta, decretando a criação de um regimento interno para seu funcionamento e predizendo que a escola ficasse fora do alcance da Inspeção Geral de Instrução Pública, passando a ter um diretor autônomo. Correlacionado à Escola Normal foi criado um curso preparatório, cujo objetivo era proporcionar aos estudantes a aplicabilidade das teorias pedagógicas de forma prática, preparando os alunos para o exercício da profissão.

Para João Lourenço Rodrigues era fundamental a existência de uma escola anexa como forma de proporcionar uma vivência prática aos alunos, os preparando para ingressar na função. No entanto, a falta de percepção dos professores sobre a importância dessa escola faz com que ela perca de “vista sua finalidade específica e não passando duma modesta escola secundária.”(RODRIGUES, 1930, p. 176).

Apesar de ser uma instituição difícil (por abrir e fechar diversas vezes) e pela falta de material, a Escola Normal era considerada uma escola modelo e acima de tudo um ideal dos republicanos que apontavam a educação como forma de promoção social e homogeneização de oportunidades.

Ao iniciar a reforma da instrução pública pela reforma da escola normal, os republicanos paulistas corroboraram a crença na imprescindibilidade da formação dos professores para a renovação da escola pública compreendida, fundamentalmente, como a doação de novos processos de ensino. (SOUZA, 2006, p. 53).

Diante do exposto, os republicanos acreditavam que era necessária uma reforma educacional que permitissem a fundamentação da Escola Normal de modo a preparar de forma eficiente os professores primários. O Partido Republicano elabora então uma proposta educativa onde “Rangel Pestana recomenda a Prudente de Moraes à criação de escolas, principalmente escolas normais e profissionais, pois só pela educação poderia o Brasil ocupar uma posição digna no concerto das nações”. (HILSDORF, 1987, grifo meu). Além da criação da proposta educativa do partido, Rangel Pestana indica o médico Dr. Caetano de Campos para dirigir a Escola Normal, sendo a nomeação noticiada pelo Jornal *O Estado de São Paulo*.

João Lourenço Rodrigues descreve que se formou em 1890 e nesse ínterim ocorreu à nomeação do Dr. Caetano de Campos, o que lhe causou inquietação, afinal quais eram as credenciais de Caetano de Campos para assumir tanta responsabilidade? Consequentemente o autor resolve escrever para São Paulo em busca de uma resposta e expõe que “meu correspondente não estava mais adiantado que eu. Afirmava comtudo que essa competência não devia ser posta em duvida, pois fora o Dr. Rangel Pestana que o indicára.” (RODRIGUES, 1930, p. 185).

A nova fase da Escola Normal surge da necessidade de instruir, educar para o progresso, de proporcionar escola para todos, “crença no poder da escola de moralizar, civilizar e consolidar a ordem social difunde-se extraordinariamente nessa época, tornando-se a justificativa ideológica para a constituição dos sistemas estatais de ensino.” (SOUZA, 2006, p. 36).

Em 12 de março de 1890 surge um novo decreto que reforma a Escola Normal, convertendo as escolas anexas em escola-modelo, o que proporcionaria o aperfeiçoamento do ensino normal. Segundo o autor, o Dr. Caetano de Campos acreditava que as escolas eram difusoras de conhecimento e por intermédio da instrução pública seria possível à conquista do progresso, para esse intento era necessário então incluir novos métodos de ensino, contratar professores qualificados e um local adequado para o funcionamento da escola.

João Lourenço Rodrigues narra que o novo diretor o então Dr. Caetano de Campos foi recebido com alegria por todos os alunos e profissionais da instituição, a presença do diretor causava fascinação e o clima era de “nova vida” para a Escola Normal. Esse período foi de grandes modificações, o intuito era caracterizar a escola como instituição profissional, portanto houve grande valorização nos estudos científicos, ampliando o currículo da escola para promover a formação de professores.

A lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, criou dois tipos de escola... elevou o numero das cadeiras de 10 para 17, restabeleceu a de Francez, suprimida na reforma de 1890, e introduziu no programa da Escola Normal da Capital novas disciplinas: - Inglez, Allemão, Anatomia, Physiologia, Psychologia, Astronomi elementar, Mecanica e até Agrimensura. (RODRIGUES, 1930, p. 296).



Aos poucos a escola foi ganhando prestígio na sociedade, desse modo, precisavam de um lugar privilegiado que representasse esse projeto civilizador e a construção do prédio em um lugar de destaque confirmaria sua importância e influência na constituição de uma sociedade renovadora. Em 1894 foi instalada a Escola Normal no novo edifício na Praça da República, munida de utensílios materiais que correspondiam às perspectivas daquele momento. Nos anos subsequentes foi instalado junto a Escola Normal o Curso Complementar Modelo (1895) e o Jardim da Infância (1896), constituindo um núcleo de alto nível para formação de professores e projetado para ser um dos símbolos da República. (TARUNI, 1989).

Imbuídos de admiração a Escola Normal entra em seu período luminoso e para João Lourenço Rodrigues, a principal causa do sucesso da Escola Normal “foi o entusiasmo de que se deixou dominar a classe de professorado paulista: é esse um facto que ninguém ousará contestar.” (RODRIGUES, 1930, p. 423).

Segundo Tanuri (1989) foi João Lourenço Rodrigues que propôs a criação da nova escola-modelo anexa à Escola Normal, entretanto o autor não relata tal episódio em seu livro. Qual seria o motivo do autor não comentar esse fato em seu livro?

Segundo Catani, ele “foi aluno da Escola Normal de São Paulo e professor de várias escolas importantes, da capital e do interior. Além disso, participou ativamente, nos primeiros anos de existência da Associação do Professorado Público, além de ter sido Inspetor Geral da Instrução Pública do Estado, entre 1907 e 1909”. (CATANI, 1994, p. 73). Entretanto essas informações não estão explícitas em seu livro.

João Lourenço Rodrigues expõe sua entrada enquanto aluno na Escola Normal da Capital aos 19 anos em 1888; descreve que se forma no momento em que o Dr. Caetano de Campos assume a direção da Escola Normal; narra que era colaborador do Jornal Correio Amparense; descreve a propagação da Escola Modelo e de que forma essa instituição esteve configurada para servir de padrão as futuras escolas do mesmo tipo; expõe que foi nomeado para seção masculina como professor; e que escreveu para o jornal O Estado de São Paulo, solicitando informações sobre o Dr. Caetano de Campos.

Consequentemente, essa narrativa permite uma reflexão sobre a atuação e posição ocupada por João Lourenço Rodrigues no campo educacional e como membro de destaque da instrução pública. Porquanto o autor questionar a imprensa sobre as características do Dr. Caetano de Campos, sugere a criação da escola modelo; tem seus artigos selecionados e publicados nos jornais; o que permite conjecturar que foi um homem influente na instrução pública. Entretanto, não faz parte de sua narrativa a participação na Associação do Professorado



Público, na Inspetoria Geral e como fundador e propagador da Escola Modelo. Qual o motivo de não relatar sua elevada posição no campo educacional? Teria ele à intenção de garantir e preservar uma memória coletiva, que evidencie sua neutralidade perante a instrução pública? Para responder a essas questões é necessário analisar o significado das “páginas de saudades” que o autor expõe em seu livro.

## Dialogando com “Um Retrospecto”

O autor relata que após quarenta anos na instrução pública chega a “hora nostálgica em que o homem, no dizer de Faguet, nada mais podendo produzir de prestadio, procura consolar-se escrevendo as suas memórias.”. (RODRIGUES, 1930, p. 07). Dessa forma o autor reuniu documentos e memórias para compor a sua obra: *“Um retrospecto: Alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo”*. João Lourenço Rodrigues não se propôs a escrever uma biografia, mas um memorial comemorativo dos cinquenta anos da Escola Normal, portanto se conjectura que por este motivo não expõe sua influência na instrução pública, sua participação na associação e na imprensa.

No decorrer da narrativa o autor cronologicamente descreve a história da Escola Normal, os fatos econômicos, políticos e sociais que permeavam essa instituição. Descreve os diretores, professores e alunos que fizeram parte da escola, métodos de ensino empregados, como eram as outras instituições escolares (nacionais e internacionais), as reformas de ensino, bem como os períodos áureos e as tensões que transcuravam esse período. O foco de seu livro é difundir e legitimar a importância da Escola Normal para a educação paulista e consequentemente para educação brasileira.

Por outro lado, o autor traz indicações de que o texto também é um relato memorialístico que visa autenticar sua participação na construção da história da Escola Normal e do ensino paulista.

Não se escandalise o leitor, vendo intercalar-se neste retrospecto histórico um parenthesis sentimental: recordar é reviver. Esta intercalação poderá quebrar a unidade da composição, mas servirá para dar aos factos de que fui testemunha as côres dum realismo grato ao coração. (RODRIGUES, 1930, p. 46).

João Lourenço Rodrigues segue seu texto descrevendo os fatos históricos da Escola Normal e entre um capítulo e outro, deixa suas “páginas de saudade”, ou seja, relata suas observações sobre os acontecimentos, sobre as pessoas ou como ele mesmo relata: “conservo desses primeiros tempos da escola modelo as mais gratas recordações” (RODRIGUES, 1930, p. 218).

O livro possibilita analisar a situação da Escola Normal e sua constituição, bem como analisar a posição de João Lourenço Rodrigues em meio aos debates educacionais vigentes no período e como suas lembranças dessa sociedade se tornam fonte de investigação, pois “o trabalho aponta para a análise do lugar dos escritos biográficos na construção da memória social da categoria profissional e da história do campo educacional e seu estatuto enquanto fonte de investigação,” (CATANI, 1994, p. 74).

Além dos fatos históricos sobre a Escola Normal, o autor também aborda acontecimentos que permitem uma aproximação com os personagens e para isso ele delinea os fatos ocorridos nos bastidores do período, levantando pontos relevantes, com a pretensão de aproximar leitor, narrador e história, criando uma consonância mais pessoal ao texto.

Neste desentranhar de reminiscências da via normalistas de outr’ora, impossível se nos torna resistir à tentação de fixar alguns aspectos, relatar certos dos seus episódios mais interessantes. A esses episódios denominarei extra-escolares. Proque ocorreram ou nos intervallos das aulas, ou no trajecto para ellas, ou no seu de algumas republicas que havia aqui acolá. (RODRIGUES, 1930, p. 305).

Um retrospecto é um livro que busca recompor o passado da Escola Normal, relatando suas conquistas e frustrações. No entanto, a intenção do autor foi reunir fontes documentais e recordações que “não passará esta memória de modestíssimo esboço destinado aos estudiosos, que quizerem, pelo estudo desapassionado dos factos, formar opinião própria sobre a evolução do ensino publico na terra dos bandeirantes”. (RODRIGUES, 1930, p. 10).

João Lourenço Rodrigues descreve o cinquentenário da Escola Normal buscando identificar os esforços dependidos, as lacunas que encontrava e os resultados alcançados para que a escola estivesse atuante no cenário paulista. Fica claro durante a leitura que o texto não tem a intenção de discutir a posição do professor e sua hierarquia no panorama educacional.

Ao ler o livro *Um Retrospecto*, se compreende que a escola está exposta sob a óptica de um ex-aluno que se tornou professor e posteriormente atuou como Inspetor Geral de Instrução Pública, ou seja, seu olhar têm reflexos de sua posição enquanto membro do corpo diretivo da instrução pública.

Sob a óptica do autor a obra transcreve os discursos dos colegas, as dificuldades enfrentadas pela escola: tiveram três fases, seu currículo foi alterado diversas vezes, apresentava falta de material, falta de professores qualificados, mobiliário precário, poucos salários. O autor está em um grupo do qual faz parte e essa coligação o ajuda a adotar seu ponto de vista perante a importância, necessidades e posição da Escola Normal para a educação paulista.

Assim, mescla de documento histórico, autobiografia e obra de comemoração, *Um Retrospecto*, investe seu autor, e se nutre desse investimento, numa condição superior de quem pode e sabe o que se deve reter da história, para apresentá-la como versão neutralizada e objetiva: entre os documentos e o depoimentos, instauram-se várias séries narrativas no interior do relato, de modo a fazer situar o próprio autor. (CATANI, 1994, p. 78).

No entanto ao descrever sua experiência enquanto aluno e professor da Escola Normal, o autor em ambos os casos, apresenta os acontecimentos de forma saudosista. Talvez seja para perpetuar a ideia de que a Escola Normal fosse referência em ensino, afinal “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. (POLLAK, 1989, p. 9).

O modo como o autor olhar para a Escola Normal permite uma reflexão acerca da memória coletiva que ele procura por meio de seu texto documental e de suas páginas memorialísticas implicar nos leitores, como forma de controle do que deve ser lembrado, que “são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.” (POLLAK, 1989, p. 11).

Em certa medida, o autor constrói sua descrição documental, sua biografia de acordo com suas apologias, organizando, delimitando as questões de maneira a convalidar seu ponto de vista, “modos de instaurar reconhecimentos e propor esquecimentos sempre foram acionados pelos profissionais a fim de delimitar tradições e legitimidades” (CATANI, 1994, p. 79).

Segundo Catani (1994) é possível compreender que João Lourenço Rodrigues teve uma forte participação na Associação do Professorado Público, na Inspetoria Geral e foi um dos propagadores e divulgadores da necessidade de criar uma Escola Modelo. Entretanto, como meio de proteger suas convicções partidárias, para uma narrativa neutra de sua posição social, o autor não relata em seu livro sua participação perante as decisões na instrução pública até porque o intuito, como já aludido, não era escrever uma biografia.

As lembranças de João Lourenço Rodrigues são uma maneira do autor se organizar em torno da narrativa da Escola Normal, permitindo que ele explique seu ponto de vista, os acontecimentos e ações dos elementos que compõe a história. Nas palavras de Halbwachs:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade. Voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1968, p. 33).

Escrever o livro *Um Retrospecto* foi uma maneira que o autor encontrou de relatar a vida da escola, conferindo aos seus elementos a responsabilidade por sua consagração enquanto uma escola modelo e deixando para futuras gerações o legado de conhecer esse patrimônio social. João Lourenço Rodrigues declara que o livro foi um tributo de admiração aos distintos professores que atuaram neste cenário.

A análise do livro permite uma reflexão sobre as páginas nas quais o autor descreve suas lembranças, ora para dar veracidade ao texto, ora para delinear de forma mais realista os episódios históricos, permitindo ao leitor a apreciação do texto como uma confissão do autor, conferindo a obra um valor real. Segundo Lejeune (2008) em uma narrativa o autor conta inteiramente sua vida ou parte dela, como um pacto autobiográfico, que busca legitimar os fatos narrados. João Lourenço Rodrigues para expor seu ponto de vista teórico, sua concepção de mundo e os seus valores, recorre a esse movimento.

O escritor constitui uma imagem de si mesmo enquanto narrador, personagem e autor, conferindo um sentido aos acontecimentos fragmentados da história, com o desejo de afirmar sua veracidade, ou seja, seu ponto de vista. Nas palavras de Alberti “significa dizer que os três elementos podem não constar em todas as páginas de uma autobiografia, sendo apenas predominantes, mas que a identidade entre autor, narrador e personagem é condição *sine qua non* de uma autobiografia”. (ALBERTI, 1991, p. 10).

Diante do exposto, fica evidente que a literatura é uma rica fonte de investigação para o historiador, que poderá não só buscar a compreensão da narrativa, mas também de analisar o papel do escritor que não é um ser inanimado, inspirado pela santidade divina, mas um ser que está inserido dentro de uma cultura, de uma sociedade e que desse modo seus pontos de vistas com relação ao seu contexto social, político e moral são de alguma forma aportes para suas obras e desejando ou não estão intrínsecos no texto.

## Em Síntese

O livro permite ponderar sobre a Escola Normal, sua composição, as ações e lutas que ocorriam no interior e exterior da escola para que esse ideal se concretizasse. A leitura ainda proporciona uma análise sobre a atuação de João Lourenço Rodrigues enquanto aluno, professor e como parte de um grupo social que tinha por objetivos difundir uma educação civilizadora, moralizadora e progressista. O autor teve como intenção redigir um livro para comemorar o cinquentenário da Escola Normal reafirmando sua importância para educação paulista e para esse desígnio de forma coordenada narra seu ponto de vistas e de seus compatriotas.

Ora, para que um tal inquérito se possa effectuar com probabilidade de êxito, será mister que os diplomados da vestuta instituição tragam para elle a contribuição dos seus depoimentos, e depois que esses depoimentos sejam coordenados num todo harmônico, num ensaio de synthese, capa de fazer resaltar as linhas essenciaes, os pontos culminantes da elaboração secular. (RODRIGUES, 1930, p. 6).

A finalidade do artigo era confirmar que a literatura é uma grande fonte de investigação histórica, permitindo apreender a realidade humana inerente à narrativa. A leitura do livro de João Lourenço Rodrigues permitiu compreender a literatura como documento histórico que possibilita apresentar o contexto, os discursos, interpretar os fatos constitutivos da época e refletir sobre o ponto de vista do autor.

Após análise, se pode inferir que o livro tem a intenção de resguardar a memória coletiva, evidenciando a Escola Normal como espólio dos Republicanos para educação paulista e brasileira. Por intermédio da leitura do livro de João Lourenço Rodrigues foi possível identificar as circunstâncias históricas e literárias e como elas partilham uma concepção de entender a realidade humana, a historicidade da sociedade, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais.

A leitura permitiu estabelecer um diálogo entre literatura, biografia e historiografia e compreender como por meio dessas concepções é possível ampliar e modificar constantemente o objeto de estudo, pois os fatos se completam ao transitarem entre fontes documentais, históricas e memorialísticas.

Não cabe a este artigo esgotar a discussão sobre o tema. Tampouco, se esgota aqui a discussão referente ao livro que rico em detalhes permite outras análises como: a cultura escolar da Escola Normal e suas representações; investigação sobre a política, econômica e educação; pesquisas sobre a linguística e outros temas relacionados à filosofia, sociologia, educação e antropologia.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Literatura e Autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.7, 1991.

ALMEIDA, Jane Soares. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T; ALMEIDA, J. S de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 2006.

CATANI, Denice Barbara. Memória e Biografia: O poder do Relato e o Relato do Poder na Historiam da Educação. In: GONDRA, J. Gonçalves (org) *Retratos da Educação no Brasil*. UERJ, s/d.

\_\_\_\_\_. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: USF, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Presses Universitaires de France, Paris, França, 1968.

HILSDORF, M. Lucia S. Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador. 1987 - Tese de Doutorado pela Faculdade de Educação da USP. Orientador: Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

HOBSBAWM, Eric, J. A Outra História – algumas reflexões. In. KRANTZ, Frederick. (org.) *A Outra História*. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

LEUJENE, Philippe. (org. Jovita Maria Gerheim). O pacto Autobiográfico, O Pacto Autobiográfico (Bis), Autobiografia e ficção. IN.\_\_\_\_\_. *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Historiografia da educação e fontes*. ANPED 15ª. Reunião Anual. Caxambu, MG, 1992.

POLLAK, Michael, Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

SOUZA, R. F. de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L.(org). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, p. 163-189. 2007.

VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In. MENEZES, Maria Cristina (org.) *Educação, memória, história*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SEVCENKO, Nicolau – *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, F. R. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil, In: *O legado educacional do século XIX*, Dermeval Saviani [et al]. 2ed. revisada e ampliada, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

TANURI, Leonor M. *O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: USP, 1979.